

Não vou apresentar uma intervenção estruturada, mas apenas uma reflexão baseada num conjunto de “notas soltas” segundo o esquema orientador seguinte:

1. O Crescimento económico, a Produtividade e a Competitividade
2. A Eficiência da Política Económica e das demais Políticas Públicas
3. As Ilações da Política Económica. Avanços e Recuos no Crescimento Económico e na Convergência Real
4. Objectivos da Política Orçamental, como Instrumento da Política Económica
5. A Política Orçamental do Período 2011-2015 e a do período 2016-2018
6. A Evolução negativa da Competitividade Fiscal e Sinais negativos na “Batalha da Competitividade em Geral”

Em anexo: quadros e gráficos, de apoio às “Notas Soltas”

1. O Crescimento económico, a Produtividade e a Competitividade

- É conhecido que o nível de crescimento económico de um país depende da produtividade e do nível do stock de capital físico e de capital humano.
- No contexto da globalização, é imperativa a melhoria da produtividade e competitividade, como via para a melhoria do nível de bem-estar económico e social, e aproximação ao padrão dos países mais desenvolvidos económica e socialmente (convergência real).
- A produtividade – ou seja o valor da produção correspondente ao total de dias de trabalho e de capital investido – determina os salários e as remunerações dos capitais investidos, as duas principais fontes de rendimento das famílias e do Estado.
- A competitividade de uma economia consiste na capacidade para alcançar o crescimento económico contínuo a médio e longo prazo. Em última análise, como salientou *Porter*, a competitividade de um país depende da competitividade das suas empresas nos vários sectores da economia.
- As empresas são a célula base da actividade económica e as principais fontes de criação de riqueza.
- No modelo político-económico de economia de mercado, uma estratégia coerente de crescimento e de desenvolvimento económico e social exige o enquadramento de um ambiente favorável à iniciativa empresarial, ao investimento produtivo e ao risco.
- A eficiência da Política Económica e das demais Políticas Públicas, por um lado, e a qualidade das Políticas Empresariais, por outro, são factores determinantes da taxa de crescimento económico.

2. A Eficiência da Política Económica e das demais Políticas Públicas

- São determinantes na criação de um ambiente favorável à produtividade e competitividade.
- Para tanto, é fundamental, nomeadamente, a qualidade da intervenção do Estado nos domínios seguintes:
 - Área Económica e Financeira (Política Económica)
 - Modelo social sustentável
 - Infraestruturas- físicas, sociais, tecnológicas e de inovação-, de apoio ao desenvolvimento
 - Sistema de Concorrência e de Regulação dos Mercados
 - Sistema de Justiça
 - Sistema Educativo e de Formação Profissional
 - Sistema de Incentivos às Estratégias Empresariais Competitivas
- Atendendo ao objectivo da minha intervenção, e às limitações de tempo, só irei referir alguns elementos relativos à qualidade da Política Orçamental, como componente de uma Política Económica coerente.
- Uma Política Económica coerente exige, simultaneamente, uma actuação contínua e persistente na criação de um ambiente macroeconómico estável e coerente e a execução de medidas estruturais do lado da oferta (produção de bens e serviços) orientadas para a melhoria da produtividade e da competitividade, ou seja, para o aumento da taxa de crescimento potencial da economia (base da melhoria duradoura do nível de bem-estar económico e social).

3. As Ilações da Política Económica. Avanços e Recuos no Crescimento Económico e na Convergência Real

- É conhecido que no período 1974-85 o país estagnou no processo de convergência real, em consequência da ruptura revolucionária que levou a um ambiente negativo para a iniciativa empresarial e para o crescimento de produtividade, gerando grandes desequilíbrios económicos e financeiros. O que culminou na primeira intervenção do FMI em 1977, e numa segunda em 1983-84, para evitar uma situação de bancarrota.
- Nos últimos 30 anos é possível distinguir vários períodos na condução da política económica:
 - 1986-1995:
 - Estabilização macroeconómica
 - Equilíbrio das Contas Externas
 - Dívida Pública moderada (<60%PIB)
 - Reformas estruturais
 - Crescimento, Aceleração da Convergência nominal e real com a Europa
 - 1996-2000:
 - Crescimento Económico não saudável
 - Política Orçamental ultra-expansionista, com aumento acelerado da despesa pública corrente primária
 - Inação estrutural e deficiente preparação para a União Económica Monetária (UEM)
 - Défices Externos em crescendo
 - Dívida Pública a cair apenas em consequência do montante “record” das receitas das privatizações
 - 2001-2010:

- Quase estagnação económica
- Aceleração exponencial da despesa pública e da dívida pública
- Agravamento dos desequilíbrios económico-financeiros (Dívida pública e Défice externo)
- Crise financeira e de dívida

➤ 2011-2014:

- Recessão
- Intervenção da Troika
- Programa de Ajustamento Macroeconómico
- Política orçamental de emergência
- Recuperação da credibilidade externa
- Novo ciclo de reformas estruturais

➤ 2015 em diante:

- Início do processo de recuperação económica
- Continuação do processo de ajustamento orçamental nominal, mas sem melhoria dos saldos orçamentais estruturais
- Má qualidade da política orçamental
- Retrocesso nas reformas estruturais

4. Objectivos da Política Orçamental, como Instrumento da Política Económica

- Uma boa Política Orçamental deve procurar atingir os seguintes objectivos, no quadro das obrigações de Portugal no espaço económico em que está inserido (UEM):
 - Respeitar as regras europeias;
 - Ter orientação anti-cíclica, como contributo para a regulação económica conjuntural;

- Conduzir à sustentabilidade das Finanças Públicas, em termos de saldos orçamentais anuais e stock da dívida pública, como instrumento eficiente para o desenvolvimento económico e social sustentável;
- Contribuir para a melhoria da produtividade e competitividade através da qualidade da despesa pública corrente e de investimento;
- Não criar um “Estado Gordo” pouco eficiente, desproporcionado à dimensão da economia e ao estágio de desenvolvimento, com impacto negativo na poupança nacional, na qualidade de alocação de recursos e nos disponíveis para o sector produtivo;
- Permitir uma situação de competitividade fiscal relativa, no quadro da concorrência internacional na atracção de poupança e de investimento, reconhecendo a importância da concorrência fiscal no quadro da “batalha da competitividade global” (no contexto da globalização).

5. A Política Orçamental do período 2011-2015 e a do período 2016-2018

- Podem detectar-se as seguintes linhas de acção:
 - Período 2011-2015
 - Procurar satisfazer os objectivos acordados com a Troika, como elemento fundamental para a recuperação da credibilidade externa e de retoma do acesso ao mercado de capitais. Através da redução da despesa (incluindo cortes de salários e pensões, já iniciados no Governo de Sócrates) e aumento extraordinário de impostos.
 - Contribuir para a criação de condições para a emissão de dívida pública nos mercados e melhoria do “rating” da República

Portuguesa e, conseqüentemente, para a baixa, a prazo, da taxa de juro.

- Reduzir o valor absoluto excessivo da despesa nominal, a que se chegou em 2010.
- Inverter a persistência de saldos primários negativos em quase 20 anos, e obter saldos primários positivos, tendo em vista a redução, a prazo, da dívida pública.
- Melhorar progressivamente os saldos estruturais (sem medidas “one-off” e expurgados dos efeitos do ciclo económico).
- Criar condições para a saída da situação de “défices excessivos” e retoma da confiança.

➤ Período 2016-2018

- Satisfazer apenas os compromissos de déficit público nominal acordados com a União Europeia, aproveitando a fase alta do ciclo económico. Mas não os objectivos quanto à evolução do saldo estrutural.
- Inverter a situação de queda da despesa nominal de 2010-15.
- Repor aceleradamente os anteriores níveis de salários da função pública e pensões.
- Continuar a obter saldos primários positivos, para a prazo se reduzir a dívida pública no PIB.
- Reduzir os níveis de investimento público para compensar aumentos da despesa pública corrente primária (reposição acelerada de salários na função pública e pensões).
- Recorrer a “cativações fortes” para conter a pressão para aumento da despesa corrente primária.

- Aumento de impostos, nomeadamente indirectos (pe. sobre os combustíveis)
- Utilizar mais fortemente medidas “one-off” e de “carry-over”.
- Não eliminar as sobretaxas extraordinárias (IRS, IRC e impostos específicos sectoriais).

6. A Evolução negativa da Competitividade Fiscal e Sinais negativos na “Batalha da Competitividade em Geral”

- Nos relatórios internacionais mais importantes sobre o “ranking” de Competitividade, Portugal aparece muito mal posicionado, na área da fiscalidade, nomeadamente nas variáveis “Estabilidade Fiscal” e “Nível das Taxas de Impostos”.
- A evolução nos últimos anos tem sido negativa, criando uma situação de instabilidade fiscal e de agravamento da fiscalidade empresarial (taxas agregadas IRC, incluindo derramas).

QUADRO

Taxas nominais (agregadas) IRC – Portugal *versus* Médias EU 27 e

OCDE

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Média OCDE	25,5	25,4	25,3	25,4	25,2	24,9	25,7	24,2
Média EU 27	22,9	22,8	22,8	23,6	23,4	23,1	22,9	21,8
Portugal	26,5	28,5	31,5	31,5	31,5	29,5	29,5	29,5

- A intenção (anunciada pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP) de aumentar a carga fiscal para as empresas através do aumento da derrama é errado:
 - Já temos uma taxa de IRC, em termos agregados (incluindo a derrama estadual e a derrama municipal) muito superior à média existente nos países da EU: 29,5% em Portugal, contra 21,8% no conjunto do espaço comunitário e 24,2% na média da OCDE.

“NOTAS SOLTAS”

AS FINANÇAS PÚBLICAS E O CRESCIMENTO ECONÓMICO

EDUARDO CATROGA

- Agrava a situação já desfavorável em relação a países concorrentes na atracção de Investimento.

País	%	Taxa nominal
Chipre	10	
Bulgária	10	
Irlanda	12,5	
Lituânia	15	
Letónia	15	
Roménia	16	
Rep Checa	19	
Eslováquia	19	
Polónia	19	
Eslovénia	20	
Grécia	20	
Hungria	20,6	

- Agrava, ainda, mais uma vez, a instabilidade fiscal (as taxas de derrama têm sofrido vários aumentos nos últimos anos).
- Mas, para além do factor “competitividade fiscal”, a nível das empresas, detectam-se sinais negativos preocupantes para a evolução da competitividade em geral:
 - Não aproveitamento da fase favorável do ciclo económico para obtenção do equilíbrio orçamental e maior redução da dívida pública., o que teria efeitos positivos no “risco país” e logo no nível relativo das taxas de juro para as empresas e famílias.
 - Manutenção de sobretaxas extraordinárias, sem racionalidade:
Exemplos: sobretaxa no IRC, no sector da energia; no IVA da electricidade (23%); no Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI).
 - Discurso político de pressão constante para o aumento da despesa pública e para o agravamento dos impostos sobre os rendimentos de capital.
 - Pressão política para a reversão de certas reformas estruturais potenciadas no período 2011-2015:

“NOTAS SOLTAS”

AS FINANÇAS PÚBLICAS E O CRESCIMENTO ECONÓMICO

EDUARDO CATROGA

- Racionalidade económica e financeira no sector público dos transportes
- Mercado laboral
- Mercado de arrendamento urbano
- Mercado de electricidade (processo de liberalização)
- Autonomia dos órgãos regulatórios

EM SUMA

- A Política Orçamental, como componente da Política Económica, tem-se revelado pouco “Amiga” das empresas, do investimento produtivo e da atractividade de capitais.
- A Política Orçamental deverá preocupar-se não apenas com os valores do défice, mas com a qualidade das medidas para os alcançar.
- A qualidade da despesa pública corrente e de investimento é crítica para a melhoria da produtividade e competitividade.
- A sua contribuição para a sustentabilidade financeira e competitividade – como instrumento do progresso económico e social sustentado - é elemento decisivo da sua avaliação a médio e longo prazo.

22/NOV/2017

Anexo: o indicado